

Biblioteca do Exército x Estado-Maior do Exército: Projetos paralelos 1889 - 1932

Wagner Alcides de Souza ^a

Resumo: O artigo aborda a disputa intelectual entre a Biblioteca do Exército e o Estado-Maior do Exército (1889–1932). Criada no Império, a Biblioteca promovia uma formação ampla e universal (*Bildung*), integrando cultura geral e temas militares para civis e praças. Na República, o Estado-Maior passou a rivalizar com esse modelo, defendendo uma modernização estritamente técnico-profissional e rejeitando o estilo "beletrista" imperial. Essa transição resultou no esvaziamento, fechamento repentino da Biblioteca em 1925 e absorção final de seu acervo em 1932, consolidando o Estado-Maior como o polo centralizador do saber e do poder simbólico militar.

Palavras-chave: Exército Brasileiro, Pensamento Militar, Instituições Culturais

O objetivo dessa pesquisa é o de analisar esses dois espaços de pensamento dentro da instituição militar, a Biblioteca do Exército e o Estado-Maior do Exército, no período que se inicia logo após o início do Período Republicano no Brasil, mais precisamente em 1896, com a criação do Estado-Maior, e finalizando no ano de 1932, momento em que ocorreu a absorção do que

havia do acervo de livros da Biblioteca do Exército por parte da Biblioteca do Estado-Maior do Exército. Tal ação representa a supremacia de um projeto de pensar a instituição militar, em especial no aspecto da instrução, e que influenciava a ação do Exército no campo da política nacional.

Para cumprir esse objetivo, iremos analisar como se deu a

^a Tenente-Coronel do Quadro Complementar de Oficiais, mestre em História.



evolução desses dois polos de espaço cultural nesse período, em especial, naquilo que concerne uma ação de desenvolvimento de um Exército mais bem preparado, por meio do desenvolvimento de um espaço de formação de um pensamento sobre o Exército (*Bildung*), e de como se deu a supremacia de um sobre o outro dentro do campo intelectual militar.

Dessa forma devemos antes apresentar os conceitos utilizados, definindo, em primeiro lugar, que consideramos os militares, em especial os que passaram a integrar o Estado-Maior do Exército quando da sua criação, como intelectuais. Isso se dá pela circunstância de serem homens letrados em um espaço urbano e do qual, como apresenta Sirinelli, possuem uma “notoriedade eventual ou sua ‘especialização’ esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade – que o intelectual põe a serviço da causa que defende” (Sirinelli, 2003, p. 243). Nesse sentido temos ainda o entendi-

mento que os intelectuais apresentam suas perspectivas de análise por meio de textos impressos, sendo as revistas as quais estão ligados um espaço de estudo fundamental para a compreensão desses grupos e quais as ideias que defendem.

Assim, temos de imediato uma diferença marcante entre a Biblioteca do Exército e o Estado-Maior do Exército, visto que ambos foram criados como um lugar de formulação de um pensamento sobre o Exército. Contudo, a Biblioteca do Exército, quando criada, foi idealizada como um espaço voltado para ser um centro de informação, e, a partir daí, permitir para um público letrado, independentemente de ser civil ou militar, de desenvolver um ponto de vista sobre o Exército. Daí seu criador, Franklin Américo de Meneses Dória¹, ter considerado a Biblioteca do Exército, “[no Exército] da instrução sua cupola” (Dória, 1882, p. 17). Dentro da perspectiva de centralizar esse local de pensamento em um espaço que facilitasse o



acesso aos livros, e, em especial, junto ao núcleo administrativo do Exército, foi necessária a retirada do local do 10º Batalhão de Infantaria para a instalação da Biblioteca do Exército no Quartel do Campo da Aclamação (Souza, 2022, p. 95).

No Relatório Ministerial que apresentou o Decreto de criação da Biblioteca do Exército, o então ministro Franklin Dória indicou como principal motivação que:

A criação de uma biblioteca semelhante, desde muito reclamada, como um interesse vital da classe-militar, inspirou-se na solicitude que merece do Governo a cultura intellectual de tão prestante classe. A Bibliotheca do Exército, destinada especialmente aos officiaes e praças, será uma instituição auxiliar das nossas instrução militar, cujo adiantamento se tem assinalado nos últimos annos.

Segundo o plano delineado, a Bibliotheca do Exército se comporá principalmente de publicações que, sob o aspecto da teoria ou da immediata applicação practica aproveitem ás especialidades da profissão das armas; comprehenderá porém, outras publicações concernentes a vários ramos de conhecimentos geraes (Brasil, 1882, p. 26).

Ao analisar o decreto, percebe-se a importância que dava Franklin Dória ao apoio à instrução e à leitura, e que esta deveria se dar tanto no campo profissional mais restrito, da técnica militar, quanto em um âmbito mais amplo de conhecimentos gerais, e que era a Biblioteca “desde muito reclamada”, portanto surgida não apenas de sua vontade, mas desejo de outros além dele, em especial aqueles que no âmbito militar desejavam uma mudança no campo profissional e que viam na difusão das novas técnicas e procedimentos fundamentais para o desenvolvimento do Exército.



Podemos considerar que essa visão de Dória representava uma espécie de “iluminismo ilustrado” visto que, por meio do Estado Imperial, por intermédio de livros adquiridos pelo Ministério da Guerra e dos Negócios Estrangeiros que se coadunassem com a expectativa do Imperador, seria permitido formular um pensamento que redundasse em uma melhoria por parte de uma instituição do Estado, no caso o Exército, se moldando essa ação dentro do *status quo* imperial. Contudo, tal circunstância não possuía um centro que direcionasse essa produção intelectual, permitindo que esse espaço de formulação de ideias fosse ocupado por membros da instituição militar, que, por estarem livres de um comando que os conduzisse para um objetivo de interesse do Império, permitiu que esses intelectuais se voltassem contra o Estado Imperial.

Esses intelectuais, que como vimos desejavam um melhor preparo técnico e profissional no âmbito militar, tiveram como

espaço de divulgação a *Revista do Exército Brasileiro*, onde, por meio dos seus textos, advogavam por melhorias técnicas e profissionais no Exército. Esses militares perceberam que as mudanças que queriam para a instituição militar só seriam possíveis por transformações mais profundas na administração militar e que para tal seriam necessárias mudanças políticas que viessem a permitir essa ação.

É interessante perceber que a Biblioteca do Exército passa a ser utilizada por tais intelectuais como espaço de subsídio de informações, e, dessa forma, cumpria o objetivo para o qual o Império a criou, mas, ao mesmo tempo, passava a ser utilizada como espaço de debates em que se verificavam posições bem críticas ao modo como se dava a administração do Exército por parte do governo Imperial.

Houve, portanto, uma superação por parte de perspectivas de um campo intelectual que desejava mudanças estruturais e que via que a leitura e a merito-



cracia eram fundamentais como meio de se ter um Exército mais bem preparado, em detrimento de outro grupo de pensadores, que desejavam que essa melhoria se fizesse dentro de uma melhoria individual, buscada por cada militar, mas que não levasse a mudanças mais profundas no seio da estrutura existente no Exército.

Igualmente é interessante ver que o advento da proclamação da República, em 1889, decorreu com os salões da Biblioteca utilizados como espaço de deliberações sobre os acontecimentos que se sucediam no dia 15 de novembro. Portanto, simbolicamente, ocorreu no lugar criado para se pensar um Exército imperial melhor preparado, uma nova perspectiva política na qual o Exército assumia uma posição central na mudança do regime (Souza, 2022, p. 123).

A Biblioteca do Exército continuou a existir, mas foi perdendo paulatinamente sua importância como espaço de desenvolvimento de um pensamento inte-

lectual, especialmente no Exército. Permaneceu a ser utilizada como lugar de debates, mas de modo menos frequente, inclusive, em termos administrativos, deixou de ser diretamente subordinada ao ministro da Guerra, passando a ficar sob a jurisdição do Departamento Central, em 1915. Seu acervo teve um acréscimo de obras, mas é interessante perceber que, após o período imperial, essa quantidade pouco mudou, já que em 1888 possuía 15.061 volumes e, em 1925, tinha 15.246 obras, (Brasil, 1925, p. 51), é bastante provável que tenha ocorrido uma falta de renovação do acervo. Nessa época seu espaço passou a ter mais relevância como lugar de eventos para o Exército que fossem necessários um espaço maior para atender as necessidades da situação que se apresentava. Dessa forma, temos seu uso para banquetes², o sorteio militar que devido a sua importância para o Exército, sempre demandava a utilização de um salão mais amplo, assim como para uso do



Conselho de Guerra, para “a banca de exames de oficiais da Escola Militar” (Peregrino, [s.d.], p. 39), debates ou conferências como a proferida pelo General Gamelin³.

Dessa forma, percebe-se que a Biblioteca perdeu sua relevância como espaço de difusão de ideias, função que passou a ser progressivamente assumida pelo Estado-Maior do Exército, órgão que se tornou fundamental na formação e disseminação do pensamento militar. Criado em 1896, o Estado-Maior passou a atuar de forma efetiva a partir de 1899.

Já na sua lei de criação observa-se a determinação de ser um órgão formulador de um saber militar, pois tinha entre as suas atribuições o de ser editor da *Revista Militar*, ou seja, diferente do que ocorreu com a *Revista do Exército Brasileiro* de 1882⁴, que criada por iniciativa de militares fora de um órgão da administração do Exército e se dedicava a pensar o meio militar, nesse novo momento o Exér-

cito avoca para si essa função por meio do Estado-Maior do Exército, ou seja, de possuir no seu espaço administrativo um grupo de pensadores que vão se voltar a pensar o Exército tendo a Revista como polo de difusão.

Nesse sentido para uma melhor base de análise, o Estado-Maior necessitava possuir uma biblioteca que servisse de apoio intelectual à formulação do Exército que buscava planejar. Para tal, no mesmo ano de sua efetiva criação, teria ocorrido uma primeira tentativa de se apoderar do acervo da Biblioteca do Exército, que segundo consta no *Jornal do Commercio*, iria receber uma visita de oficiais do Estado-Maior com esse objetivo⁵. Pouco tempo após essa notícia, no mesmo periódico há uma declaração anônima de um leitor reclamando dessa atitude do Estado-Maior do Exército para com a Biblioteca do Exército (Jornal do Commercio, 1899, p. 2). O autor da mesma pondera que não há a necessidade para tal devido à proximidade existente entre as



instituições militares, sendo separadas por “parede e meia”. Em outra argumentação o reclamante informa que o objetivo do Estado-Maior seria o de restringir o conhecimento de um público mais amplo, retirando o acesso de obras de interesse não só dos militares do Exército, mas também dos integrantes da Marinha e dos civis e centrá-los em “benefício de um grupo insignificantisimo”. Em outra parte do texto declara que a saída das obras para o acervo da Biblioteca do Estado-Maior facilitaria o extravio delas, visto que se na Biblioteca do Exército já ocorria problemas eles seriam potencializados em um local que esse controle seria mais complicado. Ainda segundo o autor, caso o Estado-Maior do Exército necessitasse de uma biblioteca própria, deveria constituí-la mediante a aquisição de novos livros, e não pelo desfalque do acervo da Biblioteca do Exército. Tal procedimento contrariaria, inclusive, os princípios que nortearam a criação da instituição por Franklin Dória.

Para o autor, não haveria mérito em ampliar a capacidade intelectual do Estado-Maior à custa da transferência das melhores obras de outra biblioteca, pois, como afirma, “Isso de chamar para si o *fino e bom*, com o expediente de elevar-se sobre os que ficarão com a *escória e refugo*, não parece muito correcto.”

Certamente é provável que o autor da reclamação deva ter sido um integrante da Biblioteca do Exército, pois apresenta não só um conhecimento da localização das unidades no Quartel-General bem como o da razão de ser da fundação da mesma. Suas ponderações explicitam uma realidade de disputa do campus intelectual dentro da instituição militar, indicando que, com as ações realizadas pelo Estado-Maior do Exército, de adquirir livros para o cumprimento de suas missões, em detrimento de outros órgãos que tinham a posse dessas obras, representavam a primazia do mesmo no espaço de legítimo formulador de uma perspectiva intelectual sobre o



Exército, ocupando o lugar da Biblioteca do Exército que fora criada por Franklin Dória com essa atribuição.

Interessante perceber que esse espaço de formação intelectual, se tornou menos geral, retirando os demais militares e civis que viessem a se dedicar ao tema, centrando em um grupo que se desejava que fosse seletivo, um espaço de formação (*Bildung*) para a compreensão e aplicação de uma nova formulação do Exército que se pretendia, dessa forma, se aproximava da maneira de pensar a razão de ser do Estado-Maior, em especial o formulado na Prússia (posteriormente Alemanha) por Moltke⁶. Esse movimento por parte do Estado-Maior se identifica com que preconiza Bourdieu, de que o

campo literário é simultaneamente um campo de forças e um campo de lutas que visa transformar ou conservar a relação de forças estabelecida: cada um dos agentes investe a força (o capital) que adquiriu pelas lutas anteriores

em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico. Em termos concretos, trata-se, por exemplo, das lutas permanentes que opõem as vanguardas sempre renascentes à vanguarda consagrada. (Bourdieu, 2004, p. 172)

Posteriormente, segundo o relatório do ministro da Guerra de 1900, mesmo diante da reclamação publicada no *Jornal do Commercio*, a Biblioteca foi obrigada a ceder, por determinação do ministro da Guerra, algumas obras do seu acervo⁷ para o Estado-Maior representando um decréscimo dos livros sob sua guarda (Brasil, 1900, p. 44). Apesar da quantidade não ser grande, já se apresenta como um demonstrativo da perda de importância da Biblioteca em um cenário de valorização do Estado-Maior como centro de intelectuais do Exército.

Assim, na realidade, o Estado-Maior já estava agindo para possuir o que Bourdieu (2025)



considerava um capital simbólico, pois, ao retirar livros de diversas instituições militares, em especial da Biblioteca do Exército, ato determinado pelo ministro da Guerra, se apresentava como o legítimo formulador de uma cultura profissional militar, em virtude de sua ação política de agir para deter obras que o consolidassem como o mais capacitado intelectualmente para tal, e que por possuir esse conhecimento o tornava o órgão *sine qua non* do saber no meio militar.

Apesar de o Estado-Maior no seu primeiro regulamento não ter a determinação de possuir uma biblioteca há observância da necessidade de livros que estavam sob a responsabilidade da terceira seção para sua aquisição e de que o arquivista (um oficial de estado-maior) seria o responsável pela organização e controle dos mesmos. Dessa forma, demonstrava-se a importância do uso de obras que viessem a apoiar o serviço de Estado-Maior nas suas diretrizes. Assim, não é de se estranhar que o Relatório do

Ministro da Guerra de 1900 informa, quando cita os livros cedidos pela Biblioteca do Exército, que havia uma biblioteca no Estado-Maior.

Dez anos depois, com o segundo regulamento do Estado-Maior de 1909 já existe a previsão de uma biblioteca, sendo que, efetivamente, já possuía uma. Contudo, como já indicado, diferente da Biblioteca do Exército, a ela tinham acesso apenas o pessoal do Estado-Maior do Exército, transformando esse saber em algo exclusivo para a formação dos seus integrantes. A presença dessa biblioteca levou a edição de um catálogo no ano de 1922 pela Imprensa Militar, órgão sob o comando do Estado-Maior do Exército, responsável pela publicação e difusão das produções oriundas do Estado-Maior. Esse catálogo apresenta como estava organizado o acervo da biblioteca do Estado-Maior e quais os temas de interesse do mesmo a poucos anos antes do fechamento da Biblioteca do Exército.



Apesar de haver uma defasagem de mais de vinte anos entre os catálogos da biblioteca do Estado-Maior do Exército (1922) e o último publicado da Biblioteca do Exército (1895), que nada mais é que uma complementação do catálogo de 1885, percebemos como são distintas as propostas formativas de ambos.

A biblioteca do Estado-Maior do Exército era marcadamente voltada para a formação de um militar técnico-profissional, sem ter preocupações com uma formação mais universal do militar que desejavam desenvolver⁸. Já a Biblioteca do Exército tinha, quando foi criada, uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento não só profissional mas também de um público mais amplo, tendo o acesso a seu acervo de toda a população, e não só restrita aos militares da própria unidade, como ocorria com a do Estado-Maior. Inclusive, houve por parte do ministro Franklin Dória uma determinação de que as praças fossem liberadas por seus comandantes para irem à

Biblioteca do Exército, com o objetivo de melhorar seus conhecimentos pelo acesso aos livros (Souza, 2022).

Essa perspectiva de formação objetivada pelo Estado-Maior se coaduna com que foi apresentado por Paula Cidade, que lá serviu, e que teve como uma das suas responsabilidades a biblioteca. Ao analisar o livro do general Tasso Fragoso, *A Batalha do Passo do Rosário*, editado pela Imprensa Militar em 1922, comenta: “Tendo escrito para um meio antes técnico-profissional do que letrista, este aspecto de sua obra tem escapado aos pesquisadores civis” (Cidade, 1998, p. 556). A busca de um militar mais técnico-profissional era o objetivo do Estado-Maior, em contraponto aos militares formados no Império, onde uma cultura mais geral era natural em decorrência da inserção desses militares na cultura letrada que havia na corte.⁹

Nesse sentido o Estado-Maior passa a deter cada vez mais aquilo que Bourdieu (2025)



considerava como poder simbólico, como detentor/especialista de um capital cultural, de um conhecimento que passa a ser mais valorizado na função da evolução técnica da realidade existente no espaço militar em que ele atua. E também, dentro dessa perspectiva, em detrimento de outros espaços de pensamento da instituição militar e, com a exclusão dos civis desse campo de saber, se torna autônomo no que concerne a esse campo de conhecimento na sociedade como um todo.

Em relação à Biblioteca do Exército, é interessante observar que, apesar da perda de prestígio após o advento da República, não havia indícios de que a instituição seria encerrada. Seu fechamento ocorreu, contudo, por determinação do Aviso de 6 de maio de 1925, cuja publicação não foi registrada nas publicações militares, particularmente nos *Atos Oficiais Gerais*, sendo mencionada apenas no *Catálogo de Publicações do Exército* e no *Consultor Militar*, ambos de for-

ma bastante sucinta. A extinção da Biblioteca foi, portanto, determinada pelo então Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que, em sua obra autobiográfica *Memórias*, publicada em 1950, não faz qualquer referência à instituição nem ao ato que determinou seu fechamento (Carvalho, 1950). Esse silêncio, por si só, constitui um elemento relevante para a análise, pois pode ser interpretado como indicativo da reduzida importância atribuída à Biblioteca pelo ministro naquele contexto.

Porém, na obra citada, existe uma referência de um fator que deve ter concorrido para a sua decisão de fechar a Biblioteca do Exército. Ao assumir o Estado-Maior do Exército em meio a Revolta da Escola Militar em 1922, ele se deparou com o verdadeiro pandemônio que ocorria no Gabinete do Ministro da Guerra, afirmando que

Incerteza geral. Do General Ribeiro da Costa, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria,



com seu Quartel General na Vila, nada de informações. Do esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria que, às primeiras notícias do levante, a Região enviara a Realengo em reconhecimento. Nada se sabia. Em meio uma desorientação geral, onde reinava a desordem, resolvo assumir uma atitude decisiva, à revelia do Comando da Região, sempre invisível (Carvalho, 1950, p. 183-184).

Dessa forma o General Setembrino de Carvalho, que viria a ser ministro da Guerra do Governo Arthur Bernardes, demonstra que a falta de um controle efetivo sob tropas poderia ser fatal no caso de novo levante militar contra o presidente da República e que, dessa maneira, era fundamental antecipar qualquer circunstância que pudesse vir a ocorrer.

Assim já em março de 1924 o periódico *O Jornal* apresenta a possibilidade do General Setembrino de Carvalho fechar a Biblioteca do Exército¹⁰ e transferir seu acervo para o Estado-Maior do Exército. O argumento apre-

sentado, contudo, foi de que haveria maior economia por parte do Exército e um melhor uso dos livros por parte do Estado-Maior, o que consolidaria a percepção de que era o Estado-Maior o centro de pensamento do Exército.

A perspectiva para o fechamento da Biblioteca se viu incrementada quando o cenário político se agravou diante da nova revolta ocorrida em meados de 1924. Nesse sentido o ministro Setembrino de Carvalho procurou trazer para dentro do seu controle tropas que viessem a dar maior segurança de pronta ação na defesa militar do presidente, e, sem comunicado prévio, fechou subitamente a Biblioteca do Exército, de tal forma que o Aviso que o determina só é citado, como já apresentado, no Índice da Legislação do Exército (T 27-290)¹¹ e no Consultor Militar, não constando outras publicações oficiais sobre o destino da Biblioteca¹². Tal fato é corroborado pela notícia do Jornal *O Paiz*, que informa da transferência do “quartel general da 2ª brigada



de infantaria, que se acha na Praia Vermelha, vai ser transferido para o salão superior da biblioteca do exercito, no quartel-general da 1ª região militar” (O Paiz, 195).

Ainda, o Relatório do Ministério da Guerra de 1926, informa que com a remoção da Biblioteca do Exército foram transferidas para dentro do Quartel-General os quartéis-generais da “2ª brigada de infantaria e da 1ª de artilharia” (Brasil, 1926, p. 81), duas unidades importantes para garantir a manutenção da ordem ficando sob maior controle do Ministro em caso de necessidade. Dessa forma, vemos uma circunstância contrária a da criação da Biblioteca do Exército em 1881, que, para ser alocada necessitou da retirada de uma unidade (10º Batalhão de Infantaria) que se encontrava instalada no então Quartel do Campo da Aclamação.

Tão súbito foi o fechamento da Biblioteca do Exército, que mesmo o chefe do Estado-Maior do Exército foi surpreendido com o acontecido, conforme demons-

tra Francisco de Paula Cidade que informa que preocupado com a dispersão do acervo procurou o General Tasso Fragoso¹³ que lhe disse que “nem ao menos o tinham ouvido a respeito de acabar com a velha biblioteca. Isso o impedia de intervir” (Cidade, 1998, p. 476). Daí em diante ocorreu a dispersão do acervo da Biblioteca do Exército tendo surgido denúncias de que o mesmo estava sendo desviado e vendido, não havendo um efetivo controle de seu destino.

Dentre os poucos textos disponíveis sobre os objetos que haviam no salão de leitura da Biblioteca do Exército, temos a de dois ex-diretores, Umberto Peregrino e Francisco de Paula Cidade, que possuem percepções distintas sobre o acervo existente na Biblioteca, quando fechada em 1925.

Peregrino traz um relato que vai além da situação do acervo, indicando também algumas poucas informações sobre os objetos existentes na Biblioteca, informando que, os bustos¹⁴ que esta-



vam no salão de leitura, foram para o Museu Histórico Nacional, assim como a placa de bronze da inauguração, a qual foi devolvida para a Biblioteca nos anos 1950 (Peregrino, 1967, p. 96). Já o livro de atas da Biblioteca que consta as assinaturas de D. Pedro II, Conde D'Eu e Franklin Dória, entre outras personalidades, foi devolvida para a Biblioteca do Exército apenas nos anos 1990, quando da sua cessão por comodato do mesmo pelo Museu Histórico Nacional a pedido do então diretor Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho.

Quanto aos livros, Peregrino primeiro lamenta da maneira como ocorreu o encerramento das atividades da Biblioteca, “fecharam-na como se fecha um clube recreativo” e que “assim fragmentaram-se as suas estantes, cujos volumes, muitos dos quais preciosíssimos, foram ter, à sorte, a diversos estabelecimentos militares e a destinos particulares [...]” (Peregrino, 1967, p. 97).

Sobre o mesmo assunto, Paula Cidade traz outras informações. Cita que após o fechamento, seus livros tiveram diversos destinos e que “apenas uma pequena parte foi salva, pela intervenção de chefes militares, que recolheram certas obras e as incluíram nas bibliotecas de suas repartições” (Cidade, 1998, p. 476). Contudo, divergindo de Peregrino, Cidade afirma que a maioria das obras existentes no acervo da Biblioteca eram ruins ou obsoletas, “Poucas, muito poucas mereciam realmente esse funeral de primeira classe [...]. Houve uns restulhos que ninguém quis. Muitos livros desapareceram, dizendo-se que haviam sido desviados criminosamente” (Cidade, 1998, p. 476).

Nos jornais do período do fechamento da Biblioteca há relatos de que alguns livros e mapas foram vendidos para a Biblioteca Nacional, por parte de “comerciantes de livros usados”¹⁵. E em 1928 há reportagens em que trazem uma acusação ao General Setembrino de Carvalho pela



malversação dos livros, indicando que houve por parte de um deputado a compra de diversos exemplares das obras da Biblioteca¹⁶.

Mesmo estando fechada, ainda surge pagamento a integrantes da Biblioteca nos relatórios do Exército, muito provavelmente para o controle do acervo que ficou sob a responsabilidade do Estado-Maior do Exército. Mais uma vez recorremos a Francisco de Paula Cidade, que informa que, ao procurar uma documentação que iria posteriormente fazer parte do Arquivo do Exército, se deparou com esse acervo e com esse pessoal responsável pela sua guarda em São Cristóvão. Afirmar ainda que, as obras estavam em um velho edifício mais de ano após o fechamento da Biblioteca: “Amontoados no chão, [...] entregues a oficiais reformados que haviam servido na Biblioteca do Exército” (Cidade, 1998, p. 476), informando que, a seu pedido ao Coronel Rego Monteiro, elas foram levadas para a Região Mili-

tar, mas que tais livros eram em “pequena quantidade [...] e desvaliosos, como logo depois pude verificar” (Ibid.).

Assim, o acervo da Biblioteca foi disperso: parte dos exemplares foi encaminhada à Biblioteca Nacional, enquanto outras obras foram redistribuídas entre as unidades do Exército, processo que provavelmente resultou na perda de parte do patrimônio bibliográfico. Em 1932, o periódico *O Jornal* informou que a responsabilidade pelo acervo remanescente e pelo pessoal encarregado de sua guarda passou ao Estado-Maior do Exército¹⁷ (*O Jornal*, 1932). O mesmo periódico registrou ainda que os livros pelos quais o Arquivo do Exército, então em formação, não demonstrava interesse foram entregues à Biblioteca Nacional (*O Jornal*, 1935).

Foi somente com a criação da Biblioteca Militar em 1937, quando foi determinada por parte do ministro da Guerra, General Eurico Dutra, o retorno do acervo da antiga Biblioteca do Exérci-



to que ocorreu uma movimentação em torno desse acervo que, segundo informa Peregrino, citando Paula Cidade:

A Biblioteca conseguiu reaver, não sem sacrifícios e aborrecimentos, cerca de dois terços do seu rico patrimônio bibliográfico. Nesse trabalho, os encarregados podem ter perdido algumas amizades porque livro emprestado é livro perdido [...] mas o certo é que muitas obras foram exumadas de lugar incerto e não sabido (Peregrino, s.d. p. 78).

Um aspecto relevante é que essa constitui a única manifestação elogiosa de Paula Cidade em relação às obras pertencentes à antiga Biblioteca. A dificuldade de localizar esse acervo, mencionada pelo autor, pode ser exemplificada por um documento existente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no qual se registra a presença de diversas obras da antiga Biblioteca em diferentes unidades do Exército. A listagem também menciona livros que se encontravam em

um laboratório, embora não seja possível identificar com precisão a que estabelecimento o termo se refere. É possível que se tratasse de um laboratório da própria Biblioteca Nacional, mas a ausência de informações adicionais no documento impede uma conclusão definitiva¹⁸.

Dentro dessa apresentação, concluímos que houve uma substituição na forma de como deveria ser a formação dos militares no Exército. Quando da criação da Biblioteca do Exército, existia uma perspectiva onde o Estado providenciava o conhecimento, mas dentro de uma ação mais ampla, com a inserção de indivíduos que, por intermédio da leitura, favoreceria não só um Exército mais preparado, como permitiria uma melhoria social por meio do conhecimento adquirido. Assim o seu acervo, mesmo priorizando temas militares, se abria para outras áreas de conhecimento, reforçando essa perspectiva por meio da determinação, em 1884, de que todas as obras produzidas na Corte,



tivesse que obrigatoriamente ter um exemplar enviado para a Biblioteca do Exército, fato que já ocorria coma Biblioteca da Marinha e a Biblioteca Nacional. (Souza, 2022, p. 85)

Dessa forma, a Biblioteca se tornava aquilo que Franklin Dória chamou de “cúpula da instrução” visto ter, no seu ponto de vista, a função de facilitar o acesso do conhecimento a todos os militares que o desejassem, o que por meio de suas ações levaria ao desenvolvimento de uma força militar mais capacitada para as atribuições da guerra moderna, diferente do que ocorrera no Paraguai, onde, segundo ele, a falta de uma melhor instrução redundou em um aumento do tempo de conflito (Dória, 1882, p. 42). A Biblioteca seria, assim, o espaço de produção e difusão de um saber a ser disseminado pela ação dos próprios usuários dela, sem haver um direcionamento efetivo por meio do Estado, da aplicabilidade do mesmo, nem o incentivo de que seu uso redun-

daria em melhoria profissional para os mesmos.

Na sociedade da Corte do Rio de Janeiro, onde grassava o analfabetismo, ser um homem de letras era algo a ser atingido, por prestígio profissional e social (Ferreira, 1999). Assim era natural que a Biblioteca do Exército, criada sob a égide de um membro da alta esfera do espectro político e social, visse nessa formação intelectual um padrão desejável para os militares, que como vimos nas leituras dos alunos da Escola Militar, não estava fora da realidade.

Contudo, com a República, a formação dos militares vai passar por uma mudança, onde o Estado-Maior do Exército veio a ser o espaço de se pensar essa reformulação.

Procurando ter em sua administração militares gabaritados e tendo uma revista sob sua égide, temos um novo local de difusão de pensamento. Neste, a divulgação das ideias e a procura pela sua aplicabilidade se faz dentro de um círculo fechado de



profissionais que, sem outra influência de grupos não militares, e até mesmo sem ingerência de militares não inseridos na administração do Estado-Maior, passam a cada vez mais ampliar essa capacidade de elaboração de um pensamento que legitimava essa posição, em detrimento de outros setores do meio militar que pudessem disputar essa primazia. Daí o paulatino esvaziamento da Biblioteca do Exército e uma maior valorização do Estado-Maior, gerando, em primeiro lugar, uma disputa pelo acervo de livros da Biblioteca e posteriormente um direcionamento de aquisições de livros que melhorassem a capacidade formulação de ideias do Estado-Maior, na criação e desenvolvimento de um Exército mais profissional e menos preocupado com os belezismos, que não se coadunavam com a perspectiva de guerra moderna que se apresentava.

Contudo, apesar da perda de prestígio da Biblioteca do Exército, seu acervo continuou a despertar o interesse de diferentes

órgãos militares e civis, sendo objeto de disputa e redistribuição. Nesse processo, a transferência de sua guarda para o Estado-Maior do Exército evidencia a consolidação da posição deste órgão no novo projeto republicano de Exército, em substituição ao modelo herdado do período imperial. Ao assumir a responsabilidade pelo acervo, o Estado-Maior reforçava sua posição como espaço privilegiado de produção, organização e difusão do pensamento militar, consolidando sua atuação no campo intelectual do Exército.

FONTES

Biblioteca Nacional

Aviso nº 264, de 7 de maio de 1925. (Consta na lista dos livros da biblioteca no manuscritos da BN).

“Relação de livros da antiga Biblioteca do Exército e sua localização”. Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, coleção Mário Barreto, Referência (34.03.001 nº 058).



Biblioteca do Exército

BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Catálogo da biblioteca* (ordem alfabética de autores). Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.

BRASIL. *Índice da Legislação do Exército (T 27-290)*. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1962.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1925.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1926.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

Periódicos

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1927

A Esquerda, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1928.

O Estado, Santa Catarina, 17 de fevereiro de 1928

O Jornal, Rio de Janeiro, 20 de março de 1924

O Jornal, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1932

O Jornal, Rio de Janeiro, 1 de março de 1935.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1892.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1899.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro de 13 de outubro de 1899

A Notícia, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1899

O Paiz, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1925

Revista Dom Quixote, Rio de Janeiro, 1895



BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Microcosmos: teoria dos campos*. São Paulo: EDUSP, 2025.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias – dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: s/ed, 1950.

DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. *Discursos sobre os negócios do Ministerio da Guerra pronunciados na Camara dos Deputados de 1882*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1882.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., V.1, 1994.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

KNOX, MacGregor. Política das massas e nacionalismo como revolução militar: a Revolução Francesa e subsequência. In MURRAY, Williamson e KNOX, MacGregor (Org.). *A evolução da arte da guerra: das guerras medievais aos ataques relâmpago 1300 – 2050*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

MATTOS, Joaquim Alves da Costa. *Catálogo da Bibliotheca do Exercito Brasileiro precedido de seu regulamento e leis que lhe dizem respeito acompanhado de um índice alphabetico dos autores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

PEREGRINO, Umberto. *História e projeção das instituições culturais do exército*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

PEREGRINO, Umberto. *História da Bibliotheca do Exército*, [S.l.: s.n.,1995?].

SANTOS, Juvenal Rodopiano Gonçalves dos. *Catálogo da Bibliotheca do Exercito Brasileiro acompanhado de um índice alphabetico dos auctores organizado pelo bibliothecario... bibliogra-*



fia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOUZA, Wagner Alcides. *A Bibliotheca do Exército 1881 - 1889: um caminho pela leitura*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2022.

¹ Franklin Américo de Meneses Dória, o Barão de Loreto (1888), bacharel em Direito pela faculdade do Recife (1859), poeta, amigo do Imperador D. Pedro II, foi membro do Partido Liberal e exerceu diversos cargos públicos além de ministro da Guerra e interino dos Negócios Estrangeiros (1881-1882), foi Presidente das Províncias de Piauí (1864), Maranhão (1867) e Pernambuco (1880). Foi Presidente da Câmara dos Deputados por um curto período (1885), Conselheiro e Ministro do Império. Exerceu também o magistério no Colégio Pedro II, a partir de 1877, como professor de retórica e acompanhou com sua esposa, o Imperador e sua família no exílio retornando em 1890. Foi membro do IHGB

entre outras instituições culturais e criou, além da Biblioteca do Exército, o Museu Escolar (1883) e a Associação dos Homens de Letras (1883), um protótipo da Academia Brasileira de Letras, da qual veio a ser um dos membros fundadores, ocupando a cadeira número 25, escolhendo como patrono, o padre Junqueira Freire, a quem admirava (Souza, 2022).

² Já em 1890 a Biblioteca foi espaço de um banquete em comemoração ao primeiro aniversário da República, conforme noticiou o *Jornal do Commercio* de 11 de novembro de 1890, tendo ocorrido esse tipo de atividade em seu salão de leitura em outras ocasiões.

³ A palestra tratou da comemoração do aniversário de morte de Napoleão, de suas campanhas militares e a Primeira Guerra Mundial, conforme noticiou o jornal *O Paiz* em 7 de maio de 1921.

⁴ A *Revista do Exército Brasileiro*, devido a dificuldades financeiras, passa a receber um subsídio por parte do Estado Imperial, por iniciativa do senador Henrique D'Ávila a partir de 1886 (Souza, 2022, p. 110). Contudo isso não significava uma ingerência da administração da Biblioteca nos artigos a serem publicados. Posteriormente conforma consta no *Jornal do Brasil* de 2 de janeiro de 1892, a Biblioteca passa a receber um orçamento



maior para realizar a publicação da Revista da Comissão Technica Militar. O Relatório do Ministro da Guerra de 1898, corrobora que a *Revista do Exercito*, editada mensalmente com a função de estar “destinada á propaganda de medidas militares oportunas e a resenha do que mais importante se encontra nas revistas estrangeiras” (Brasil, 1898, p. 37). Interessante notar que em 1895, a revista *Dom Quixote* já a nomeia não como *Revista do Exercito*, mas como *Revista da Commissão Technica Militar*, estando já no terceiro ano de edição (*Dom Quixote*, 1895, p. 7).

⁵ No *Jornal do Commercio* de 5 de abril de 1899 (p. 2) há uma notícia da formação de uma comissão para análise das obras existentes no acervo da Biblioteca do Exército e de demais estabelecimentos militares que deveriam ser levadas para o acervo do Estado Maior do Exército, faziam parte da mesma os capitães Jose Leandro Braga Cavalcante, Cunha Pires, Tasso Fragozo e o tenente Domingues Alves Leite.

⁶ Vemos aqui a aplicação do conceito de *Bildung* no sentido apresentado por Norbert Elias de formação intelectual do indivíduo (Elias, 1994, p. 43), visto que Knox se refere a essa formulação do Estado-Maior prussiano como *Bildung*, em resposta à Revolução Francesa e em especial a Napoleão

Bonaparte. “Os reformadores militares apresentaram duas respostas revolucionárias a Napoleão: os combatentes inteligentes que só o serviço militar universal poderia oferecer e um oficialato racional associado a um sistema de estado-maior aguçado pela *Bildung* – o estudo profissional sistemático e o cultivo da habilidade no processo decisório” (Knox, 2022, p. 105-106).

⁷ Segundo o Relatório do Ministro, foram 70 obras em 113 volumes cedidos para o Estado-Maior do Exército.

⁸ No Relatório do Ministro da Guerra de 1925, consta que a biblioteca do Estado-Maior possuía 3317 volumes. (Brasil, 1925, p. 44).

⁹ Na profusão de leituras que ocorriam na Escola Militar, os autores mais lidos na Praia Vermelha eram, como aponta Peregrino (1967, p. 32): Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Dumas, Macedo, Alencar, Julio Verne, Comte, Spencer, Renan, Bichat, Flamarion, Calvo, Teixeira de Freitas, Lafaiete, Lagrange, Bertrand, Platão. Isso demonstra, além da influência efetiva do positivismo e do evolucionismo no meio da “juventude militar”, o surgimento de um grupo de intelectuais que irá influenciar seus pares, tanto no campo do pensamento quanto no da ação política. (Souza, 2022, p. 60).



¹⁰ *O Jornal*, 20 de março de 1924.

¹¹ O Índice da Legislação do Exército (T 27-290) é um manual que contém os assuntos referentes a administração do Exército, informando quando o referido assunto foi tratado e onde se encontra a legislação referente ao mesmo.

¹² O *Consultor Militar* traz mais detalhes, como vemos na sua edição de 1928, que tem a seguinte informação: “Manda-se fechar a Biblioteca do Exército, até que seja conveniente instalada em edifício próprio, adequado a esse fim.” (Branco, 1928, p. 99).

¹³ Interessante perceber que Tasso Fragoso, como capitão, fez parte da comissão que nos primórdios da existência do Estado-Maior do Exército, foi responsável pela retirada de livros da Biblioteca para a realização dos trabalhos do Estado-Maior.

¹⁴ O jornal *A Notícia*, em 12 de agosto de 1899, informa a ocorrência de um jantar realizado no salão da Biblioteca do Exército em homenagem às autoridades argentinas presentes quando da visita do presidente da Argentina Julio Roca ao Rio de Janeiro. Segundo o jornal havia no salão os seguintes bustos: “duque de Caxias, general Polydoro, conde de Porto Alegre, conde D’Eu, Joaquim José Ignacio, barão do Triumpho, barão de Angra, barão do Amazonas, visconde de Pelo-

tas, marquez de Tamandaré, barão de Itapecirica e Osorio”.

¹⁵ *Correio da Manhã*, 22 de dezembro de 1927. A notícia informa, ainda, que fora aberto um inquérito por parte do ministro da Guerra para averiguar essa dissolução do acervo.

¹⁶ O jornal *O Estado de Santa Catarina* em sua edição de 17 de fevereiro de 1928 informa que o deputado Berbert de Castro obteve livros da Biblioteca do Exército e informou ao presidente Arthur Bernardes do ocorrido, e que o mesmo determinou que as obras fossem para a Biblioteca Nacional, contudo, o ministro da Guerra Setembrino de Carvalho informou que as mesmas haviam sido distribuídas pelas unidades do Exército, mas o deputado não as encontrou. Já o jornal *A Esquerda*, de 9 de fevereiro de 1928, replicando uma notícia oriunda do jornal *O Globo* de dois dias antes, acusa o deputado Berbert de Castro de ter-se apropriado dos livros da Biblioteca: “Depois de levar ao conhecimento do então presidente da República o desvio dos livros do Ministério da Guerra, depois de adquirir muitos deles”. *O Jornal* ainda critica a manutenção da Biblioteca no orçamento do Exército apesar dela “não existir”.

¹⁷ O acervo estava na Escola de Intendência.



¹⁸ Na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, coleção Mário Barreto, referência (34.03. 001 nº 058), se encontra uma listagem datilografada com o título: “Relação de livros da antiga Biblioteca do Exército e sua localização”. As unidades indicadas são: Diretoria de Contabilidade da Guerra, Colégio Militar do Rio de Janeiro e Distrito de Artilharia de Costa. Há ainda uma referência à presença de livros em um Laboratório, sem, contudo, dar maiores informações onde o mesmo estaria. Há uma possibilidade de se tratar do Laboratório Químico Farmacêutico Militar, visto que, segundo o Relatório do Ministro da Guerra de 1925, entre as melhorias que havia realizado, estava a de ter inaugurado uma biblioteca (Brasil, 1925, p. 75).